

# NAVEGANDO NAS FRONTEIRAS DISCIPLINARES: HISTÓRIA, LITERATURA E RELAÇÕES DE PODER NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

## NAVIGATING IN THE DISCIPLINARY BORDERS: HISTORY, LITERATURE AND POWER RELATIONS IN THE MINAS CONSPIRACY

Martha Victor Vieira **1**

*Resumo: Neste artigo pretendo abordar as intersecções entre história e literatura, por meio da análise da conspiração ocorrida entre o final de 1788 e início de 1789 em Minas Gerais, no contexto de crise e reestruturação do Império luso-brasileiro. Para realizar esse exercício intelectual interdisciplinar, tomarei como parâmetro os poemas que circularam na segunda metade do século XVIII nesta capitania, nos quais se verifica que a elite letrada possuía uma identidade híbrida e difundia uma retórica poética que denota o imaginário político e a lógica clientelar vigente. Essa lógica clientelar pressupunha um acordo tácito que envolvia prestação de serviços, troca de favores e fidelidade ao Monarca. Palavras-chave: História. Literatura. Sedição Mineira. Interdisciplinaridade.*

*Abstract: In this article I intend to address the intersections between history and literature, through the analysis of the conspiracy that occurred between the end of 1788 and the beginning of 1789 in Minas Gerais, in the context of crisis and restructuring of the Luso-Brazilian Empire. To carry out this interdisciplinary intellectual exercise, I will take as a parameter the poems that circulated in the second half of the 18th century in this captaincy, in which it is noted that the literate elite had a hybrid identity and spread a poetic rhetoric which denotes the political imaginary and clientelistic logic prevailing. This clientele logic presupposed a tacit agreement involving service provision, exchange of favors, and loyalty to the Monarch.*

*Keywords: History. Literature. Mineira Sedition. Interdisciplinary.*

## Introdução

Como afirma Peter Gay (2010, p. 14), a literatura, por mais que se aproxime do “real”, não é sociologia ou história, por que ela consiste em uma narrativa fictícia criada pelo autor. Contudo, um texto literário é um artefato histórico, na medida em que é imaginado e construído por um escritor, que possui experiências e expectativas condizentes com uma sociedade de um determinado tempo e espaço, e, portanto, suas representações literárias contêm um vocabulário, temáticas, juízos de valor e características estéticas que são típicas de um contexto histórico. Por essa razão, a literatura comporta indícios das condições sócio-históricas de sua produção, e contém rastros do imaginário do narrador e dos possíveis leitores, que são contemporâneos desse narrador.

Vários estudos sobre o século XVIII afirmam que a literatura nessa época não somente retratava a realidade, mas tinha um importante papel pedagógico e formava opiniões. Segundo Lynn Hunt (2009, p. 40), as teorias filosóficas, os romances, as pinturas, a imprensa e a música foram alguns dos mecanismos que contribuíram para despertar a sensibilidade nas pessoas, permitindo-lhes pensar o outro para além dos limites das fronteiras sociais. Não à toa, o auge da circulação do romance epistolar coincidiria com o surgimento dos direitos humanos.

Pensando os mecanismos culturais que contribuíram para o processo de construção imaginária da nação moderna, Benedict Anderson (2008, p. 55), seguindo um raciocínio semelhante ao de Hunt (2009), demonstra que as narrativas dos romances e do jornal, que se expandiram no Setecentos, foram fundamentais para que as pessoas pudessem perceber como pertencentes a uma mesma comunidade, apesar de viverem em espaços geográficos diferentes. O romance, particularmente, teria contribuído para que o leitor pudesse se reconhecer no enredo e desenvolvesse uma nova percepção de simultaneidade temporal, que estimulou o sentimento de pertença a uma mesma comunidade sócio-política, imaginada como soberana. Para justificar o seu argumento, Anderson (2008, p. 79) sugere não ter sido mero acaso que o surgimento das nações coincidissem com o florescimento do capitalismo editorial.

Robert Darton (1998, p. 248-253), ao investigar os livros proibidos e seus leitores na França pré-revolucionária, afirma que esses textos “talvez não afetassem a opinião pública; talvez apenas a refletissem”. Eram considerados proibidos, os livros que ofendiam a igreja, o Estado ou a moralidade. A narrativa libertina e anticlerical da novela *Thérèse Philosophe*, atribuída a Diderot e que teve ampla circulação, para Darton revela a “existência de um público específico que partilha as mesmas convenções, expectativas e usos lingüísticos” desse texto literário (DARTON, 1998, p. 117). Esses leitores eram as pessoas mais abastadas, sobretudo homens, que freqüentavam os salões franceses, e que já manifestavam nos locais de sociabilidade, cafés, livrarias e espaços privados a sua insatisfação com o governo monárquico francês.

Enquanto na Europa os leitores se emocionavam com o sacrifício amoroso feito pela protagonista de *Julia ou a Nova Heloisa*, de Rousseau (HUNT, 2009, p. 35), ou ainda se deixavam seduzir pelo conteúdo crítico das libertinagens de *Thérèse*, na América portuguesa, os colonos faziam leituras ou ouviam falar de Thomas Payne, Guillaume-Thomas Raynal e das gazetas vinda da França, que difundiam as teorias sobre liberdade social e política. Esses livros filosóficos e romanescos inspiravam os letrados e também algumas pessoas comuns do Brasil, que se apropriavam dessas informações. A circulação dessas ideias advindas da esfera literária influenciou agentes que passaram a demandar modificações nas relações de poder entre a colônia e a metrópole, seja por meio de missivas enviadas às autoridades, seja por meio de sátiras, como as *Cartas Chilenas* e outros poemas feitos pelos luso-brasileiros.

Em Minas Gerais, alguns letrados envolveram-se no movimento sedicioso ocorrido entre final de 1788 e início de 1789. Entre os agentes insatisfeitos com o governo da capitania estavam três poetas identificados com o Arcadismo, que haviam sido formados na Universidade de Coimbra: o ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga, o advogado

Claudio Manuel da Costa e o ex-ouvidor da comarca do Rio das Mortes Inácio José de Alvarenga Peixoto. Mas havia também padres, militares e grandes proprietários, que participaram da chamada Inconfidência Mineira. Se em Minas foram as elites, estimuladas pelas ideias ilustradas, que protagonizaram a revolta contra a opressão das autoridades lusas, na sedição ocorrida na Bahia, no ano de 1798, identifica-se o envolvimento das camadas populares (sapateiros, alfaiates, soldados, ex-escravos, etc) nas críticas feitas ao sistema colonial. Foram identificados e mortos pela liderança do movimento baiano, os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Lucas Dantas do Amorim Torres, e os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira.

Porém, enquanto na capitania mineira as críticas chegavam ao conhecimento do público por meio das poesias, especialmente, a sátira anônima intitulada *Cartas Chilenas*; na Bahia as críticas foram feitas por meio de pasquins, igualmente sem autoria, que circularam na cidade de Salvador, em agosto de 1798. De um lado, se “*As Cartas Chilenas* expressavam, no auge da sátira, um sentimento de impotência tradicional, uma variante corrosiva do ‘viva o rei morra o mau governo’ circunscrita à República das Letras, espaço privativo das elites locais” (JANCSÓ, 1997, p. 400); de outro, os pasquins baianos denotavam um desejo de mais igualdade socioeconômica das classes populares. Apesar das diferenças dos projetos sediciosos, nas duas regiões encontraram-se poemas manuscritos de caráter crítico. Por isso, István Jancsó (1997, p. 408) infere que a “prática de versejar” era uma forma de “expressão artística e de sociabilidade literária” frequentes na América portuguesa

As duas revoltas do final do século XVIII, em Minas e Bahia, estavam inseridas em um contexto de crise política e econômica, que corroboraram para que o ressentimento contra a exploração colonial viesse à tona. As duas fizeram uso das letras para criticar a Metrópole lusa, apropriando-se e ajustando o repertório advindo da Europa e dos Estados Unidos às peculiaridades da América portuguesa (FURTADO; STARLING, 2013, p. 123). Os livros eram comprados, emprestados aos amigos e lidos e discutidos nas reuniões privadas e públicas. Quando escritos em outra língua, alguns trechos das obras eram traduzidos e colocados em circulação, foi assim que o alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) teve acesso aos textos franceses (JANCSÓ, 1997, p. 406). Em ambas as sedições, motivações privadas imiscuíam-se nas reivindicações de reestruturação das relações de poder vigentes na Colônia.

### **As aproximações e os usos políticos da história e da literatura**

Georges Gusdorf (2006, p. 44), um dos pioneiros na defesa do conhecimento interdisciplinar, aponta que a “desintegração” entre as disciplinas é um fenômeno moderno, que teria se iniciado no século XVII e acelerou-se ao longo do século XIX. Nesse ínterim, do ponto de vista da produção textual, parece-me que as fronteiras disciplinares ainda estão bastante maleáveis. De fato, no século XVIII, a história estava dando os seus primeiros passos como disciplina autônoma. Ainda no Oitocentos, o historiador não tem uma identidade precisa, e a história é bastante associada à memória (FERNANDEZ, 1997). Ademais, as disciplinas de história e geografia estão muito próximas, como se nota na Revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), que passou a circular a partir de 1839.

A literatura romântica, por sua vez, interessada em criar um “cânone nacional”, para usar a expressão de Flávio Kothe (1997), também irá buscar personagens e acontecimentos históricos do período colonial como inspiração, especialmente, o Indianismo. Na interpretação de Bernardo Ricupero: “[...] a elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada de ideias românticas, considera que para existir nação, é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras”. Pensando nessa independência literária do país foi criada, em 1836, a *Niterói, revista brasiliense de ciências, letras e artes* (RICUPERO, 2004, p. 86-89), considerada como um dos marcos inaugurais do Romantismo. A história, a literatura e a

arte no geral são vistas no Oitocentos como tendo um importante papel pedagógico para consolidar o processo de construção do Estado brasileiro.

O projeto pragmático de produzir uma “biografia da nação” (FORASTIERI, 1997, p. 13-14), condizente com os padrões culturais europeus, fez com que a elite letrada oitocentista buscasse no passado indícios do sentimento nativista. Com essa finalidade são eleitos textos literários para fazer parte do cânone e acontecimentos históricos, que legitimassem a nação que se pretendia construir no presente. Selecionada como um evento relevante no processo de construção da nação, a Inconfidência Mineira ganhou uma conotação nacionalista na escrita e no ensino de história nos séculos XIX e XX. Notadamente, após a proclamação da República, essa sedição adquiriu ainda mais destaque, sendo Tiradentes eleito como herói nacional. O mesmo abasileiramento ocorreu com os textos literários da Escola Mineira, que foram lidos como representativos do desejo de emancipação política. Ainda nos anos de 1980, segundo Joaci Pereira Furtado (1997, p. 199-201), encontram-se leituras das *Cartas Chilenas*, que lhe atribuem um conteúdo emancipatório.

O uso de acontecimentos históricos nas construções literárias já era praticado no século XVIII, como se nota no *Uraguai* (1769), de Basílio da Gama, no *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, bem como no poema *Vila Rica* (1773) de Claudio Manuel da Costa, entre outros. Mas, neste momento histórico, não há uma demanda política “consciente” para o uso da literatura como estratégia para a formação da nação e identidade nacional (RICUPERO, 2004, p. 88), conforme ocorrerá a partir da Independência. No final do século XVIII, os agentes históricos estão inseridos em uma lógica clientelar colonial, que lhes serve de parâmetro para a percepção e ação no mundo colonial. Havia em Minas Gerais o que Marcos Morel (2000, p. 25) chama de uma “esfera literária típica dos antigos regimes absolutistas”. Por essa razão,

As relações assimétricas de amizade (relações de poder) teriam tendência para derivar em relações clientelares que, apesar de serem informais, apareciam, pela obrigatoriedade da reciprocidade acrescentada (impossível de elidir), como o meio mais eficaz para concretizar não só intenções políticas individuais, como para estruturar alianças políticas socialmente mais alargadas e com objetivos mais duráveis (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 340).

No entanto, como a formação da história e a da literatura brasileira ocorreu concomitantemente ao processo de formação da nação no século XIX, observa-se que os letrados fizeram uma leitura anacrônica das fontes históricas, tanto dos documentos oficiais quanto dos textos literários, a fim de marcar alteridade em relação a Portugal. Essa visão anacrônica implicou em atribuir ao passado histórico e literário um projeto nacional que estava colocado no presente na época da fundação do movimento romântico e do IHGB.

Ora, que os inconfidentes mineiros não tinham uma identidade e um projeto nacional parece ser um consenso atual, considerando que como afirmam os historiadores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta havia pelo menos três identidades políticas coletivas no final do século XVIII em Minas Gerais: “a mineira (expressão do específico regional), a americana (expressão da relação de alteridade com os metropolitanos, europeus) e, evidentemente, a portuguesa”. Além disso, a percepção do conjunto das partes que compunham o enorme continente do Brasil estava restrita a alta burocracia estatal (JANCÓSÓ; PIMENTA, 2000, p. 139-140). Essa identidade política híbrida existente no período colonial aparece nos poemas produzidos pelos letrados envolvidos no movimento sedicioso. Letrados esses que devem ser também compreendidos como leitores (BOURDIEU, 2004, p. 142), que estavam se apropriando dos escritos produzidos na Europa e nos Estados Uni-

dos, tais como o *Recueil*, Coletâneas das Leis Constitutivas dos Estados Unidos da América (FURTADO; STARLING, 2013).

A poesia produzida pelos letrados mineiros, no entanto, não é história, na medida em que: “A realidade histórica é mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade” (VELOSO, 1988, p. 241). Ao usar a história em seus versos Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto deixam entrever ao leitor a forma como interagem com a estrutura de poder e fornecem indícios de como os letrados, apesar das críticas acerbas ao governo da capitania, ainda compartilham de um imaginário político típico do Antigo Regime, no qual a monarquia é parte da identidade política dos sujeitos. Por imaginário, estou compreendendo o “[...] sistema produtor de idéias e imagens que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível.” (PESAVENTO, 2006, § 6).

A literatura por revelar o imaginário dos sujeitos consiste em uma fonte singular para o historiador. Como afirma Sandra Pesavento (2006, § 53-57), a narrativa literária, sendo uma representação do mundo, torna possível ao historiador “acessar sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo”. Assim, por meio dos sentimentos e ressentimentos expressos pelos poetas inconfidentes, tentarei interpelar o passado para compreender a percepção de mundo na época da sedição mineira.

### **Imaginário político, lógica clientelar e crise do Império luso-brasileiro**

Na representação do mundo colonial presente nos versos de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto nota-se que esses três agentes históricos possuem experiências e expectativas comuns e estão inseridos na “rede clientelar” do Brasil colonial. Essa rede, como argumentam Hespanha e Xavier (1998, p. 340), implica em relações sociais baseadas na reciprocidade, na troca de favores, envolvendo uma obrigatoriedade em: “dar, receber e retribuir”. Os versos encomiásticos à monarquia era uma forma de demonstrar a fidelidade à Coroa na expectativa de receber em troca deferências e bens simbólicos. A retórica poética também era uma forma de prestação de serviço real, uma forma de reproduzir e legitimar as relações assimétricas de poder perante o público leitor e ouvinte de outrora.

O poema *Vila Rica*, de Claudio Manuel da Costa (1729-1789), dedicado a Gomes Freire de Andrade como “testemunho de agradecimento aos benefícios” recebidos, é bastante ilustrativo da forma como o texto literário era usado com o objetivo de fazer homenagens a eventuais patronos. Nesse poema é possível vislumbrar também a identidade política híbrida e a demanda da elite colonial por reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa portuguesa. Nos “Fundamentos Históricos” desse poema, o autor aponta que: “Os naturais da cidade de São Paulo, [...] são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino”, tanto que haviam expulsado os jesuítas em 1640 e trabalhavam sempre em favor do Erário real na atividade mineradora (COSTA, 1773, p. 2-4).

Além de demonstrar a aceitação e naturalização das relações de poder vigente, nota-se nesse fragmento a manifestação de uma identidade híbrida. De um lado, a palavra “Pátria”, neste contexto, é associada à localidade onde se reside ou nasce, no caso, a capitania de São Paulo. Por outro lado, o sentimento de pertencimento a Portugal transparece na menção ao Rei e ao Reino. A fidelidade à Coroa é reiterada em outra passagem do poema quando o autor comenta a disputa pelas minas entre os naturais da Vila de São Paulo e os naturais de Taboaté. Disputa esta considerada equivocada por todos pertencerem à mesma “Pátria” e terem contribuído para “produzir a grande utilidade de se desentranharem em toda a sua extensão as minas do nosso Portugal” (COSTA, 1773, p. 7).



Ao analisar, a obra de Cláudio Manoel da Costa, Sérgio Alcides infere que o poema histórico *Vila Rica* favorece o mundo colonial. Ao louvar o território americano, o poeta atribuiria um *status* à colônia semelhante à metrópole (ALCIDES, 2003, p. 185-237). Isso parece verossímil se considerarmos que ele compara os feitos dos conquistadores Paulistas ao de Vasco da Gama (COSTA, 1773, p. 56), louvado nos *Lusíadas* de Luís de Camões. Mas, partindo do pressuposto que literatura não é história, é preciso aventar a possibilidade de esta frase fazer parte do que se pode chamar de uma linguagem poética, uma forma do letrado envolver e convencer o público da importância dos feitos Paulistas por meio da comparação. Para Antônio Cândido (1993, p. 101), com o poema *Vila Rica*, Claudio Manuel da Costa almejava “forçar a admiração dos contemporâneos”.

A manifestação de apreço ao Rei e ao Reino, recorrente em vários versos, porém, é mais do que simplesmente artifício retórico, na medida em que o Soberano, neste contexto, possuía poder simbólico e de fato. Na *Ode* em que retrata o atentado ao Marquês de Pombal a persona do Rei é relacionada ao poder divino, pois: “Sobre o cetro, e a coroa/Vela só Deus: é Deus quem o pregoa” (COSTA, 1996, p. 514). Os encômios ao Monarca poderiam fazer parte de uma estratégia de inserção política, visando em troca obter benesses pessoais, concessão de cargos, patentes e privilégios, considerando que entre o Soberano e o súdito havia um pacto implícito, que implicava em relações de reciprocidade.

Dentro da lógica clientelar do Antigo Regime, os colonos deveriam prestar serviços à Metrópole, contribuir para a proteção e exploração do território e em retribuição obteriam honrarias diversas. A possibilidade de receber essas honrarias corroborava para manter “o sentimento de fidelidade e os laços de sujeição dos mesmos vassallos em relação ao reino” (BICALHO, 2003, p. 141).

A expectativa de benefícios privados e reconhecimento social é o *leitmotiv* da obediência às leis, como se observa nas *Cartas Chilenas*, sátira anônima que é atribuída ao ouvidor Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810). Nessas Cartas denuncia-se que o Fanfarrão Minésio, como é qualificado o governador da capitania Luís da Cunha Menezes (1783-1788), não cumpria as leis e agia de forma arbitrária sem respeitar os fiéis vassallos reais residentes na América portuguesa. Conforme reclama no seguinte verso: “Já viste, Doroteu, que o grande chefe,/ o defensor das leis, o mesmo seja/ que insulte, que ameace o bom vassallo/ que intenta obedecer a seu monarca?” (GONZAGA, 2004, p. 214). A sátira refere-se aos desmandos do governador da capitania e enfatiza a impotência dos colonos diante dessa autoridade colonial. Essa impotência devia-se, sobretudo, à distância da metrópole e a dificuldade de comunicar-se com a Coroa, como se nota na comparação metafórica entre o “leve barco” e a “grande nau”, no fragmento abaixo:

Infeliz, Doroteu, de quem habita/  
Conquistas do seu dono tão remotas!/  
Aqui o povo geme, e os seus gemidos/  
Não podem Doroteu chegar ao trono./  
E se chegam, sucede quase sempre/  
O mesmo que sucede nas tormentas,/  
Aonde o leve barco se soçobra,/  
Aonde a grande nau resiste ao vento (GONZAGA, 2004, p. 214).

Na “Congratualação com o povo português na feliz aclamação da muito alta e muito poderosa soberana D. Maria I, nossa senhora”, Gonzaga reforça a lógica clientelar colonial quando destaca que o Rei para ser justo precisava manter o “equilíbrio da balança”, e “com prêmios e castigos regulados,” deveria “animar justos, enfrear culpados” (GONZAGA, 1996, p. 711).

A percepção dos privilégios por parte da elite colonial condiz com os estudos de Carla M. Junho Anastásia e Flávio Morais da Silva sobre os conflitos ocorridos no Setecentos. Segundo esses autores, a Coroa portuguesa adotava estratégias para conter a violência coletiva em Minas. Essas estratégias eram baseadas em pactos tácitos, regulados

pelo costume, por meio dos quais os colonos colocavam limites “ao exercício do poder metropolitano”. De modo que, quando esses limites eram transpostos, “rompiam-se as formas acomodativas com o conseqüente levantamento dos povos” (ANASTACIA; SILVA, 2001, p. 311).

O pacto implícito entre o Monarca e os colonos era baseado nas relações clientelares, no sistema de troca de favores vigente no Antigo Regime. Os governadores das capitânicas, porém, às vezes, não possuíam a devida habilidade para negociar com os potentados locais. O governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, por exemplo, entrou em atrito com vários membros da elite mineira. O ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, inclusive, chegou a reclamar da sua atuação à Rainha D. Maria I. Como agravante, a substituição do Marques de Pombal (1750-1777) por Martinho de Mello e Castro (1777-1792) também piorou a tensão política no último quartel do século XVIII, devido ao fato deste Secretário de Estado de D. Maria I defender uma política de enfrentamento e imposição da autoridade real pela força, por compreender que os colonos brasileiros eram “insubmissos, desleais e perigosos” (FURTADO, 2005, p. 407).

A conjuntura histórica de crise era discutida nas reuniões privadas das quais fazia parte o coronel de milícias do Rio Verde Alvarenga Peixoto (1744-1793), que foi identificado como participante do movimento sedicioso. Nos versos feitos em homenagem a memória do rei D. José, o poeta louva o Império luso ao escrever: “Pombal junto a José eterno fique,/ Qual o famoso Agrippa junto a Augusto,/ Como Sully ao pé do grande Henrique” (PEIXOTO, 1865, p. 178). A figura de linguagem privilegiada aqui é a comparação com os políticos famosos da história da República Romana, o que demonstra o valor creditado pelos poetas do Arcadismo à cultura clássica greco-romana.

Na Ode escrita ao Marquês de Pombal, Alvarenga Peixoto enfatiza novamente a habilidade deste estadista dizendo: “Que importão os exércitos armados/ No campo com respeito conservados,/ Se la no gabinete a guerra fazes,/ E a teu arbítrio dás o tom às pazes?/ Que, sendo por mão destra manejada,/ A política vence mais que a espada.” O poeta reproduz em versos a mesma compreensão que possuem os historiadores atuais sobre a importância dessa autoridade no jogo geopolítico de outrora, o que é ressaltado nos seguintes fragmentos literários: “Unicamente á sombra de Carvalho/ Descansão hoje as quinas portuguesas” (PEIXOTO, 1865, p. 230).

Além de Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal), várias autoridades portuguesas receberam tributos poéticos de Alvarenga Peixoto, tais como: o Rei D. Diniz, fundador da Universidade de Coimbra, o Marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e Dona Maria I. Em relação a esta Rainha, três poemas são significativos, por reiterarem o sentimento de lealdade de maneira laudatória; o primeiro é o que se refere à ascensão de D. Maria ao trono: “Ah! chegue o feliz dia/ Em que do novo mundo a parte inteira/ Aclame o nome augusto de Maria”. Adiante, às boas vindas pela ascensão da “Real Senhora”, são expressas nos seguintes termos: “Vinde a ser coroada/ Sobre a America toda, que protesta/ Jurar nas vossas mãos a lei sagrada” (PEIXOTO, 1865, p. 234-237).

O segundo é um soneto que pede a comutação da sua pena pelo envolvimento na sedição mineira: “Bendita sejas, lusitana augusta!/ Cobre o mar, cobre a terra um céu sereno,/ Graças a ti, ó grande, ó sabia, ó justa!” (PEIXOTO, 1865, p. 184). O terceiro é o que relata um sonho em que via um índio gentil “Americano”, representando todo o Brasil, que trazia no peito o nome da “augustíssima imperante”, e assim cantava: “Sou vassalo, sou leal/ Como tal/ Fiel constante/ Sirvo a glória da imperante/ Sirvo a grandeza real/ Aos Elysios descerei/ Fiel sempre a Portugal,/Ao famoso vice-rei,/ Ao illustre general,” (PEIXOTO, 1865, p. 248).

Não somente de encômios e demonstração de fidelidade foram feitos os escritos poéticos de Alvarenga Peixoto. No poema escrito ao capitão-general D. Rodrigo Jozé de Menezes, por ocasião do batizado do filho deste, nota-se o ressentimento com a metrópole portuguesa, e demonstra-se que há uma percepção de que a riqueza de Portugal de-

via-se aos impostos adquiridos da Colônia: “E Lisboa, da Europa maravilha,/ Cujá riqueza todo o mundo assusta,/ Estas terras a fazem respeitada/ Bárbara terra, mas abençoada” (PEIXOTO, 1865, p. 255).

O uso recorrente de personagens e fatos históricos nas poesias dos inconfidentes para fins laudatórios e como estratégia de inserção social demonstra que nesse período as fronteiras disciplinares ainda são imprecisas e o imaginário dos letrados e leitores são permeados por valores advindos do direito costumeiro, que serve de base para as apropriações e representações do mundo. Como se pode comprovar se, fazendo um movimento inverso, analisarmos a obra *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta, que dentro do costume da época é dedicada ao rei D. João V. Nessa narrativa, usa-se uma linguagem literária, para descrever o mundo “descoberto” pelos portugueses, que, metaforicamente, seria o paraíso na terra:

Em nenhuma outra Região se mostra o Ceu mais sereno, nem madrugá mais bella a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisfério tem os rayòs tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes: as Estrellas são as mais benignas, e se mostrão sempre alegres: os horisontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as aguas, ou sè tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das Povoações nos aqueductos, são as mais puras: é emfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto [...] (PITTA, 1878, p. 3).

A narrativa histórica elogiosa e propagandística de Rocha Pitta, cuja algumas partes se assemelham a um escrito literário, também contém muitos elementos da cultura clássica e apresenta inúmeras informações relacionadas ao conhecimento geográfico, pois fala do clima, dos rios, dos montes e das latitudes do território brasileiro. O que evidencia que os letrados dessa época transitavam, com facilidade, por diferentes áreas disciplinares. Por consequência, ainda se observa, com frequência, que as narrativas históricas, literárias e geográficas, produzidas nos séculos XVIII e XIX, são bastante interdisciplinares.

### Considerações finais

Para defender a interdisciplinaridade como uma meta salutar para a educação no século XXI, Edgar Morin (2010, p. 276) apresenta como um dos argumentos que as “passarelas” entre o ensino da literatura, da história e da geografia são numerosas, e que “Elas devem estar presentes no espírito de professores e alunos”. Interessado na religação dos saberes, Morin (2010) busca evidenciar que é possível promover um diálogo entre essas disciplinas de diversas maneiras, especialmente, no tocante à história da arte. Eu acrescentaria que a própria literatura e a história possuem uma história e uma relação de proximidade, não somente porque o texto histórico comporta ficção, mas porque, tradicionalmente, a escrita da história foi embasada na literatura, e ao mesmo tempo, não é raro o literato buscar inspiração na realidade histórica, especialmente, a literatura de corte nacionalista, realista ou engajada.

Como os primeiros escritos sistematizados tanto sobre a formação da história quanto da literatura brasileira foram feitos no século XIX, no contexto de formação do Estado nacional, as interpretações dos intelectuais deste período foram marcadas por um pragmatismo político, que conferiram um sentido nacional aos textos literários e aos acontecimentos históricos do século XVIII, quando o sistema colonial passou a sofrer uma crítica incisiva no mundo ocidental. Como até recentemente tanto os historiadores quanto os críticos literários tendiam a reproduzir os discursos das fontes, sem fazer a devida crítica sobre o lugar da fala dos sujeitos, acatou-se essas primeiras impressões relativas à chamada Inconfidência Mineira, que a qualificavam como um movimento de caráter nacio-



nalista. É compactuando com essa chave leitura que Antônio Cândido (1993, p. 75) afirma que as associações literárias do Setecentos queriam “despertar o sentimento nacional”. Igualmente, o historiador Kenneth Maxwell (2010, p. 144), é seduzido pela interpretação construída no Oitocentos e amplamente veiculada de que a sedição mineira era uma “revolta nacionalista”, que visava a independência do Brasil.

No tocante à literatura, o estudo de Flávio Kothe (1997) é uma referência ao questionamento deste cânone colonial, que atribui aos versos dos ditos inconfidentes um desejo de promover a emancipação do país. Em relação à história, me chamam atenção as considerações de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta (2000) sobre a existência de no mínimo três identidades políticas coletivas no final do século XVIII em Minas Gerais. Essa identidade política híbrida é bastante notória na poesia de Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga (VIEIRA, 2005), de modo que é difícil, em termos empíricos, sustentar a hipótese de uma consciência nacional neste contexto em que, de 1621 a 1772, existiam separadas as administrações do Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará. Sabe-se, atualmente, que até as primeiras duas décadas do século XIX não havia um consenso em torno de um projeto nacional por parte das elites brasileiras, devido ao fato de algumas capitânicas do Norte contestar a supremacia das elites do Centro-sul.

O que de sobejo a poesia dos inconfidentes explicita é que a elite colonial compartilhava experiências, históricas e estéticas, e possuíam ressentimentos contra a metrópole, em virtude dos termos estabelecidos no pacto colonial. Mas não se observa, como aponta Joaci Furtado (1997, p. 78-79), em relação às *Cartas Chilenas*, uma vontade de romper com o sistema de dominação vigente, a ponto de se construir um projeto nacional. Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga não eram assim tão infíéis quanto se buscou demonstrar na punição severa que lhes foi imposta, para que se inibissem possíveis revoltas futuras. O passado contestatório recente de Minas (FURTADO, 2005, p. 409-410), não favorecia a defesa dos poetas. Ademais, eram sim críticos da forma como a autoridade real era exercida e estavam, quiçá, a reivindicar maior autonomia administrativa no âmbito regional. Pode-se inferir que estavam testando os limites do acordo tácito, para obterem mais liberdade política e econômica, menores tributos e maiores privilégios. Nesse sentido, parece-me pertinente a hipótese de Antônio Cândido (1993, p. 106), de que as homenagens às autoridades feitas nos poemas “mesclavam habilmente lisonja e reivindicação”.

Ora, do mesmo modo que não havia condições de existência de uma identidade nacional nessa época, também não havia uma fronteira disciplinar rigidamente definida no século XVIII, por isso, os letrados produziam narrativas interdisciplinares, sem, evidentemente, terem preocupação de fazê-lo. Eles apenas reproduziam a concepção científica e estética vigente, que aprenderam como leitores que foram antes de serem letrados (BOURDIEU, 2004). Conhecer a formação curricular destes letrados, que tipo de leituras fizeram, seria uma forma de melhor entender a sua produção histórica e literária interdisciplinar, bem como o seu imaginário político e suas representações poéticas. Historiar os currículos escolares, antes que a fragmentação de saberes fosse consolidada, talvez seja uma forma de contribuir para aprimorar o diálogo e promover um ensino mais interdisciplinar.

## Referências

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem de Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec: 2003.

ANASTASIA, Carla M. Junho. e SILVA, Flávio Morais da. Levantamentos setecentistas mineiros: violência coletiva e acomodação. In. FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 307-332

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre as origens e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda. O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In. ABREU, Martha e RACHEL, Soihet (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 1, 1993.

COSTA, Cláudio Manoel. *Vila Rica. Minas Gerais, 1773*. Disponível em: <[http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=16557](http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16557)>. Acesso em jun. 2019.

COSTA, Cláudio Manoel. O Parnaso Obsequioso. In. PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 514.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FERNÁNDEZ, Raimundo Cuesta. **Sociogénesis de uma disciplina escolar: La Historia**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S.A. 1997.

FURTADO, Joaci Pereira. **Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador: tensão política e práticas de governo nas Minas dos Setecentos”. In. BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A (Orgs.). **Modos de governar: ideias e práticas no Império português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda: 2005. p. 403-412.

FURTADO, Júnia Ferreira; STARLING, Heloisa Murgel. República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do *Recueil* por uma sociedade de pensamento. In. MAXWELL, K (Org.). **O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII**. São Paulo: Penguin Classics, Cia. das Letras, 2013. p. 107-132.

GAY, Peter. **Represálias Selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

GONZAGA, Tomás Antônio. Congratulação com o povo português na feliz aclamação da muito alta e muito poderosa soberana D. Maria I, nossa senhora. In. PROENÇA FILHO, Domício (Org.). **A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 711-712

GONZAGA, Tomás Antônio. **Marília de Circeu e Cartas Chilenas**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

GUSDORF, Georges. O gato que anda sozinho. In. POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique Manuel; LEVY, Teresa (Orgs.). **Interdisciplinaridade: antologia**. Porto: Campo das Letras,

2006. p. 13-36.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In. SOUZA, L.M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 388-434

JANCSÓ, Stván e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In. MOTA, Carlos G (Org.). **Via-gem Incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac/Sesc, Vol. I, 2000. p. 129-175

KOTHE, Flávio R. **O cânone colonial**. Brasília: UnB, 1997.

MAXWELL, Kenneth. A conspiração. In. \_\_\_\_\_. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 141-157

MOREL, Marco. **Frei Caneca: entre Marília e a pátria**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MORIN, Edgar. Introdução (Línguas, civilizações, literatura, arte, cinema). MORIN, Edgar (Org.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010. p. 269-271.

PEIXOTO, Ignácio José de Alvarenga. **Obras poéticas**. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1865.

PESAVENTO, Sandra J. História & literatura: uma velha-nova história. In. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, dez. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2162>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

VIEIRA, Martha Victor: Portugueses do Brasil: a questão identitária na poesia dos inconfidentes mineiros. In. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, Lisboa, p. 1-7, 2005. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/martha\\_vieira.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/martha_vieira.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

XAVIER, Ana Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In. MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 339-350.

Recebido em 25 de julho de 2019.

Aceito em 4 de setembro de 2019.